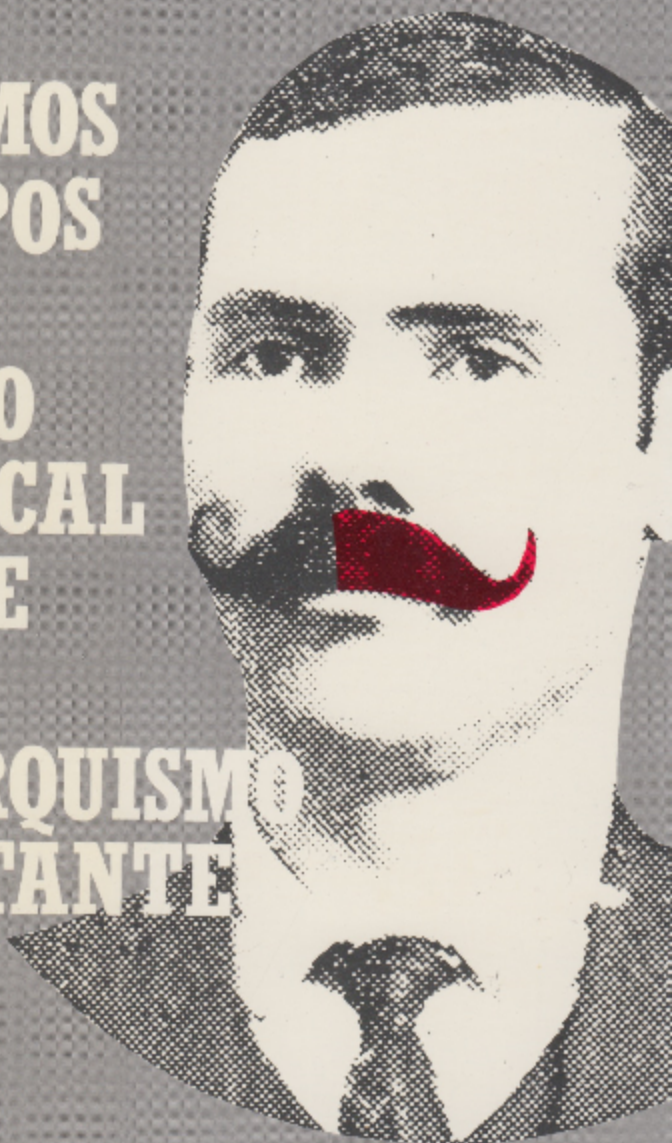


MANUEL JOAQUIM DE SOUSA

**ÚLTIMOS
TEMPOS
DE
ACÇÃO
SINDICAL
LIVRE
E DO
ANARQUISMO
MILITANTE**



ANTÍGONA

Shi

opiniões contrárias a B sobre assuntos de organização, pois a opinião contrária era tomada como se fosse o produto de qualquer espécie de acinte pessoal contra este ou aquele, ou contra a classe A ou B. Estes pequenos «nadas» desenvolviam-se, tomavam vulto, porque não surgia uma palavra de esclarecimento oportuno e adequado, chamando à razão aqueles que se despeitavam só porque, antes, não raciocinaram serenamente, tomando singela e simplesmente como «inimigo» aquele, ou aqueles, que estavam integrados no espírito das ideias que a todos, afinal, animava.

A falta de cultura de ideias, da doutrina revolucionária inerente aos postulados da CGT, só podiam levar os militantes a posições contraditórias, mesmo consigo próprios. Debalde se pedia doutrina aos redactores do periódico, em vez de certas campanhas comprometedoras.

«Não é preciso doutrina, a propaganda já está feita», respondiam!

Nem os problemas de que os congressos se ocupavam lhes mereciam e menor consideração — esses problemas de resolução imediata, uns, e outros, como os culturais, etc., que deveriam ser permanentemente agitados —, isto apesar dos relatórios que precediam as conclusões das teses fornecerem campo vasto para campanhas, necessárias e úteis, de orientação jornalística e de real aproveitamento para todos.



A Editorial de *A Batalha*, além de *Renovação*, revista ilustrada de cultura artística, aliás de curta duração, publicou o respectivo suplemento semanal. Compreendia-se que, à semelhança do que sucedia com diários revolucionários de outros países, esse suplemento fosse um repositório de doutrinas, deixando livre o diário nas suas tarefas de combate e de noticiário do dia a dia.

Mas não sucedia assim. O seu carácter era meramente literário, de sabor nacionalista, pois os seus colaboradores, apenas portugueses, eram em regra escolhidos nas fileiras do jornalismo burguês, pessoas inteligentes, sim senhor, possuidores do que se chama espírito desempoeirado, democrata, salvo raras excepções, mas que estavam muito longe de encarnar os postulados de liberdade e emancipação integrais, para, mesmo literariamente, realizarem obra revolucionária.

Com Alexandre Vieira, nós dizemos que «ser inteligente é uma qualidade, saber fazer um discurso ou escrever correctamente são qualidades apreciáveis. Mas não basta isso, porque há quem seja inteligente, discursse e escreva — e não sinta.»

As nossas ideias, como os postulados confederais, são internacionais, universalistas. E mal se compreende como no suplemento não tivessem cabido os pensadores internacionalistas, universalistas, embora de outros países. Assim, restringida a colaboração, limitada ao nosso país, e esta colaboração na maior parte dos casos limitada a temas artísticos ou literários, não se podiam criar capacidades revolucionárias nos seus leitores — naqueles que em *A Batalha* viam quase o seu único guia mental.

Outra seria a corrente mental nos nossos militantes se os seus jornais preferidos cumprissem mais integralmente a sua missão, ocupando-se das grandes correntes do pensamento revolucionário internacional, dos temas fundamentais da ideologia libertária e mesmo social sindicalista, dos problemas da Revolução, da Sociologia, da Ética, da Filosofia, da Pedagogia racional e científica — de todas as questões, enfim, que agitam os pensadores contemporâneos, não importa de que país, que *sentem* a iniquidade social, as inquietações do proletariado escravizado, e que anseiam e trabalham convictamente na obra comum da emancipação económica e da libertação integral da espécie humana.

Sem dúvida que o proletariado de cada país tem de buscar em si próprio as energias e as directrizes para a revolução, de harmonia com as possibilidades do seu meio — etno-mesológicas, sociais, económicas, políticas, etc., — e com os seus próprios recursos; mas fá-lo inspirado e no calor das ideias internacionalistas que orientam um movimento caracteristicamente universalista, nisso que é comum ao proletariado de todo o mundo, a todo o ser humano que aspira à redenção da espécie humana e sem o que não há acção consciente e proficua. Os novos proletários que mais integrados estão nas ideias salutaras de redenção humana são aqueles no seio dos quais mais vasta e mais intensa tem sido a propaganda, e onde nunca se julgou que «a propaganda estava feita». Ali nenhum meio de propaganda é enfeitado. Desde a simples novela sentimental até aos altos estudos especializados e de espírito superior — tudo se realiza, umas vezes para atender à incultura das massas profundas da sociedade, e por meio

dos quais elas são atraídas às ideias, ao mesmo tempo que se lhe ministram conceitos superiores de ordem moral, e outras, para atender às necessidades mentais duma cultura superior em todos os ramos do saber humano.

Há ainda a obra do bom combate, na qual se é forçado a repisar pensamentos, conceitos e palavras — que muitos dos nossos pseudo-intelectuais classificam de «chavões» —, mas que são de uma necessidade imperiosa para quem pretenda manter convictamente aceso o facho da razão e o raciocínio desperto, nas massas operárias e camponesas, diariamente vítimas de usos, costumes e preconceitos servis tradicionais, que a imprensa venal burguesa nunca se cansa de manter e explorar em benefício do Estado, do Capitalismo e da Igreja.

Decerto nada há de novo sobre a terra. Mas as ideias ainda não realizadas constituem sempre matéria nova, original, para quantos as não conceberam ou nelas não estão de todo integrados e sobre as mesmas não criaram critério e convicção arreigados. E eles são, desgraçadamente, a maioria.

Portugal operário, que teve esplêndidas condições de publicidade, mantidas, custeadas pela CGT, e, portanto, por todo o proletariado organizado, caso raro e quase excepcional no mundo revolucionário — com profunda mágoa o dizemos —, não esteve à altura das suas próprias necessidades culturais e mentais, sob os pontos de vista ideológico e revolucionário.

Havia demasiada condescendência e tolerância para com aqueles que se encarregaram de confeccionar a sua imprensa, oficial ou oficiosa, excelentes rapazes de brio profissional jornalístico, mas que sentiam não ser preciso a propaganda nem a doutrina destinada à cultura e desenvolvimento das ideias nas massas trabalhadoras e nos seus militantes responsáveis? Outros estímulos não dispunham para a cultura do seu espírito!

Creemos que não. Nem condescendência nem tolerância. Nunca foram apresentadas amplas perspectivas que levassem o proletariado ou os seus militantes a exigir, com conhecimento de causa, dos orientadores da sua imprensa, o que as suas necessidades próprias reclamavam.

E o «gâchis» surgiu, fatal e lamentável, mas necessário no seio do Conselho Confederal. Foi, sem dúvida, uma questão apaixonada, que saiu fora de todas as conveniências preconceituais, mas que teve o condão de mostrar claramente a toda a organização sindical do país os perigos resultantes de uma má orientação jornalística em relação aos objectivos e tarefas confederais.

Nos primeiros momentos, mal conhecidas as causas profundas da questão interna, no seio do Conselho, propensos como eram todos a ver em qualquer questão, mesmo transcendental, o efeito de pretensas rivalidades ou pequenas ambições pessoais (tal era o resultado mesquinho do estado psicológico criado por uma má orientação moral e mental, falsas), acreditou-se na versão malsã, adrede preparada, segundo a qual se tratava de uma «luta de galos». Mas não... o mal era mais real e profundo.

Foi preciso que *O Anarquista* (1), órgão da UAP, agitasse eloquentemente a questão, colocando-a no terreno que lhe era próprio — à parte a forma agressiva mas imprescindível como o fez —, para que todos, indivíduos e organismos, arregalassem os olhos e mais atentamente se apercebessem das causas exactas do debate. A acção brilhante deste jornal foi como que um raio cuja fâsca iluminasse uma noite escura. Seguiu-se-lhe *Labor Proletário*, órgão da Federação de Calçado, Couros e Peles, o qual mais serenamente, mas com não maior firmeza, repunha as coisas no seu lugar, quer pelos documentos publicados por aquele organismo, quer pela crítica a vários factos, mas, sobretudo, pela inserção do relatório circunstanciado do seu delegado junto do Conselho Confederal e do qual já transcrevemos parte. E a questão, a verdadeira, generalizou-se; deixou de estar circunscrita àquele Conselho para interessar a todos os organismos sindicais e anarquistas do país.

Os desvios de *A Batalha* e certas manifestações antilibertárias e mesmo anticonfederais de delegados ao Conselho eram dia a dia mais notórios. Quer dizer: a minoria confederal que levantou a questão das incoerências e desvios comprometedores de *A Batalha*, e que tão caluniada e incompreendida foi nos primeiros momentos, era, afinal, quem tinha razão. Desgraçadamente os factos sucediam-se e comprovavam a exactidão dos conceitos vertidos por ela no momento em que entendeu ser necessário pôr termo aos desvios.

E os protestos surgiram. Já não era só a UAP nem os seus grupos aderentes, duma maneira geral, os atacados em *A Batalha*; eram os organismos sindicais e a Federação Pró-Presos que, arvorando a bandeira revolucionária da CGT, viam em *A Batalha* truncadas ou até não publicadas as suas «notas», e isto enquanto dava publicidade a comunicados de organismos anticonfederais.

A Comuna, do Porto, inserindo as «notas» depuradoras da UAP, dos grupos e organismos sindicais, manteve sempre vivos os postulados revolucionários e libertários da CGT face à desorientação de *A Batalha* e aos desvios que notava em certas manifestações desviatórias de alguns militantes de Lisboa.

Propriamente no seio do Conselho Confederal outros factos se verificaram.

Este Conselho, dada a divergência de critérios e de atitudes apaixonadas existentes, não quis chegar à única conclusão lógica: o envio de uma exposição concreta e imparcial dos factos e suas derivantes aos sindicatos aderentes, para estes, com conhecimento de causa, se manifestarem livremente e darem o seu parecer, princípio este que é do próprio estatuto confederal.

Não se procedeu, porém, assim. Adoptou-se um processo anti-sindical, anticonfederal, que nada remediou... antes pelo contrário... Reuniram-se as comissões administrativas das federações e ali se resolveu muito singelamente dissolver o Conselho e nomear uma Comissão Administrativa da CGT.

Esta decisão, classificada, então, de «golpe de estado», foi supérflua, pois para substituir os antigos delegados, bastaria que as federações nomeassem outros, e era assunto arremunado. Assim, depois de um mal-estar moral, surgiu outro. A não se consultarem os sindicatos-únicos, que de direito fixam directrizes à CGT, se havia alguém a substituir os antigos aqueles que não respeitavam nem a ética sindical e ideológica nem as directrizes que esses sindicatos estabeleceram à CGT.

Acerte, porém, o precedente da Câmara Sindical do Trabalho (CST) do Porto, que, por um zelo incompreensível e precipitado, substituiu os seus delegados e propôs a substituição dos restantes, este declive foi seguido.